

## **Movimentos sociais e escravistas na construção do real Forte Príncipe Da Beira – 1776 – 1783**

*Lourismar da Silva Barroso*

**Resumo:** Os movimentos sociais que surgiram na Europa no século XVIII, a partir dos acontecimentos como: Revolução Industrial (1750); Revolução Francesa (1789) e Revolução Industrial, primeira (1750) e segunda (1860) fase, geraram reflexos e ganharam dimensão significativa quando atingiram solos lusitanos, assim como seu entendimento respinga a sociedade escrava da região do Vale do Guaporé, que vê nesses movimentos políticos e econômicos, a possibilidade de mudança gerada a partir de seu engajamento enquanto sujeito da história, levando em conta seu papel enquanto ser cultural de uma sociedade. No que se refere ao negro trabalhador do Real Forte Príncipe, temos como sujeito importante desse processo de construção e consolidação do espaço junto com o nativo da região, para a proteção da fronteira oeste lusitana. Seu modo de vida e seu processo de construção de uma sociedade que vai permanecer isolada e abandonada na região do Vale do Guaporé, a custo da própria sorte, vai gerar mudança nesse cenário que será desenhado pela força da persistência a partir da união desse grupo.

**Palavras-chave:** Movimentos. Negros. Trabalhador. Príncipe da Beira.

**Abstract:** The social movements that emerged in Europe in the XVIII century, from the events as: Industrial Revolution (1750); French Revolution (1789) and Industrial Revolution, first (1750) and second (1860) phase, generated reflections and acquired a considerable dimension when it arrived in Lusitanian soil, as well as its understanding spatters the slave society from Valley of Guaporé, that see on these political and economic movements, the possibility of change generated from its engagements while is subject of history, considering its role while a society's being cultural. Concerning to black workers of Real Forte Príncipe, we have as important subject of this building process and consolidation of space with the native of region, for the protection of west Lusitanian's frontier. Its life style and its building process of a society that will belong isolated and abandoned at region of Valley of Guaporé, at the expense of own fortune, will beget change on this scenario that will be designed by persistence's power from the union of this group.

**Keyword:** Movements – Blacks – Worker – Príncipe da Beira

### **Introdução**

É importante para esse objeto de estudo relacionar os movimentos sociais que ganharam forças no século XVII e XVIII na Europa como a Revolução Gloriosa na Inglaterra (1680); a Revolução Industrial (1750) e a Revolução Francesa (1789) com os movimentos sociais brasileiros. De certa forma, “esses movimentos sociais seriam uma invenção do mundo ocidental, o produto último de uma série de mudanças estruturais, que culminaram na centralização do poder político na Inglaterra do século XVIII<sup>1</sup>”

---

<sup>1</sup> Simplificadamente, o argumento, baseado no caso inglês, é que campanhas militares levaram à expansão do Estado, com burocratização e crescente intervenção na sociedade (por meio de taxaço), o que causou o fortalecimento do parlamento.

Dossiê: O Primeiro Século da Cidade de Porto Velho

(ALONSO. 2009. p, 56). Dobrando os séculos em questão, obtiveram-se forças com o passar dos tempos, avançando na interação das classes sociais e operárias, muito embora, o tipo de trabalho exercido por esses trabalhadores não foi diferente daqueles aplicados aos escravos e índios na construção do Real Forte Príncipe da Beira não condizendo se houve representação de movimentos sociais, haja vista que o movimento cultural sobressaiu desse povo.

## 1. As articulações geradas no canteiro de obra do Forte Príncipe da Beira

Para a explicação do conceito de movimento social, Kauchakje (2010) define que:

Movimentos sociais são formas de ação coletiva com algum grau de organização que emergem de contradições fundamentais da sociedade ou de demandas conjunturais decorrentes de carências econômico-culturais. Representam o conflito ou a contradição entre setores da sociedade pela conquista e/ou administração de recursos e bens econômicos, culturais e políticos, e, também, para promover modificações e transformações nas relações instituídas, havendo, também, movimentos sociais que almejam a manutenção das instituições sociais (KAUCHAKJE, 2010, p. 114).

Paralelo a essa política de protestos que crescia a cada ano na Europa moderna, chegava ao Brasil nesse mesmo período, manifestações iguais àquelas enfrentadas nos grandes centros culturais do mundo ocidental. “Esses novos movimentos sociais seriam, então, formas particularistas de resistência, reativas aos rumos do desenvolvimento socioeconômico e em busca da reapropriação de tempo, espaço e relações cotidianas” (ALONSO, 2009.p, 64).

A Amazônia do século XVIII, já sofria com o teor das manifestações sociais, nos seringais<sup>2</sup>, nas construções arquitetônicas que embelezavam e enfeitavam as cidades<sup>3</sup> ou através dos seus fortes<sup>4</sup> montados para guardarem suas fronteiras, todos vindos da província do Grão Pará e da província do Mato Grosso, esses movimentos sociais e culturais faziam parte do cotidiano daqueles que, de alguma maneira, eram aplicados aos trabalhadores que foram usados na construção do Real Forte Príncipe da Beira em 1776.

<sup>2</sup> A Selva – Ferreira de Castro – conta a história de um refugiado português na Amazônia no final do século XIX e início do Século XX sobre o processo dos barracões da borracha e seus exploradores, os seringalistas.

<sup>3</sup> Se referindo aos modelos arquitetônicos adotados nos centros histórico das cidades de Manaus e Belém, com suas fachadas em estilo colonial, clássicos e neoclássicos.

<sup>4</sup> No tocante ao Forte de Coimbra e Real Forte Príncipe da Beira especificamente.

Dossiê: O Primeiro Século da Cidade de Porto Velho

A chegada dos negros escravos que vindo de várias partes do continente africano, arrancados à força do convívio familiar e exilados no continente americano como força braçal escrava, sem direito à própria vida, ajudaram a construir e a desenvolver a nação brasileira, fazendo parte a própria região do Guaporé.

Esses trabalhadores escravos que se instalaram na região guaporeana tiveram a sua maneira contatos ou conhecimentos dos movimentos sociais que estavam acontecendo na Europa ou simplesmente passaram a obter conhecimentos dos mesmos quando ainda estavam no sudeste brasileiro que naquele período seria o grande centro político e econômico da nação, e que ao chegarem à região do Guaporé, foi uma questão de tempo para que se organizassem e buscassem de alguma forma seus direitos enquanto povo.

Embora as aspirações colonialistas fossem portuguesas e brancas, o trabalho que erigiu os pilares deste projeto foi, sempre, negro. A mão-de-obra africana tornou-se o sustentáculo vital da empreitada colonizadora portuguesa no Guaporé, diferentemente das posturas adotadas na mesma região pelos espanhóis, que preferiram o trabalho indígena, obtido através da iniciativa missionária. (TEIXEIRA, 1998, p.74).

Fazendo uso de uma política gerada através do tratado de Madri (1750), Pombal implanta uma postura de progresso em toda área do Oeste brasileiro, demarcando espaço, conquistando e traçando metas para a ocupação de áreas que ainda estavam para serem anexadas ao território lusitano, fazendo valer sua autoridade, utilizando da força e da mão-de-obra dos nativos, através das bandeiras quando se julgava necessário e dando incentivo a penetração da mão-de-obra escrava advinda de Belém ou de Goiás através de uma rota exclusiva<sup>5</sup>, tudo para garantir o processo expansionista da Amazônia.

A interpretação quanto à identidade coletiva segundo Melucci (1988) nos traz o entendimento de que:

Os atores construiriam a ação coletiva, à medida que se comunicam, produzem e negociam significados, avaliam e reconhecem o que têm em comum, tomam decisões. Assim: A identidade coletiva é uma definição interativa e compartilhada produzida por numerosos indivíduos e relativa às orientações da ação e ao campo de oportunidades e constrangimentos no qual a ação acontece (MELUCCI, 1988, p. 342).

---

<sup>5</sup> Rota fluvial que saia de São Paulo pelo rio Tietê, passando pelo rio Paranaguá em Mato Grosso e interligando os estados até chegar à embocadura do Rio Guaporé.

Durante os 27 anos (1750-1777) em que esteve à frente da política expansionista, Marquês de Pombal deu um salto no avanço de conquista e acabou consolidando o território fronteiriço, expulsando os missionários jesuíticos que de certa forma competiam economicamente com a coroa portuguesa, “ao mesmo tempo considerados como uma violação à soberania portuguesa” (TEIXEIRA, 2000, p, 47). Mas foi com o quarto governador da província de Mato Grosso Dom Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1772-1788) que se intensificou o uso da mão-de-obra tanto nativa da região do Guaporé quanto de negro oriundos das províncias adjacentes.

Para Luiz de Albuquerque, o desenvolvimento do projeto colonial adotado por Pombal requeria o uso abundante da mão-de-obra escrava. Ao contrário da maioria das regiões da Amazônia Portuguesa, em Vila Bela e no Guaporé prevaleceu a escravidão africana e não a indígena.

O interesse metropolitano pela região levou ainda, à fundação de fortalezas e de povoações ao longo dos vales do Madeira, Mamoré e Guaporé, sendo a mais antiga dentre elas, o Forte de Nossa Senhora da Conceição no sítio da antiga Missão de Santa Rosa, por Rolim de Moura<sup>6</sup>, durante o ano de 1760, bem como sua reforma realizada por Luís Pinto Souza Coutinho (1766-68), e que após uma considerável enchente no rio Guaporé, houve sua destruição parcial e logo depois veio à necessidade da construção do Real Forte Príncipe da Beira (1776-1783) que, por iniciativa de Dom Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres evidenciava a preocupação do Estado com a ocupação regional.

Para as respectivas obras, foi utilizada a mão-de-obra dos nativos e de alguns negros que foram caçados e arrancados de seus quilombos na região do Alto Guaporé. Na tabela nº 1 abaixo, podemos conferir os escravos do El Rey e de particulares que trabalharam na construção do Forte Príncipe no ano de 1780 com um quantitativo de 154 escravos, sendo 67 escravos do El Rey, o restante somava um total de 87 escravos de ganho, todos pertencente a particulares, todos esses serviçais eram empregados na construção do forte. Além desse quantitativo de escravos, contávamos também com a eficiência do trabalho de especialistas, sendo pedreiros e artífices.

---

<sup>6</sup> Primeiro governado de Mato Grosso de 1751 a 1765.

Dossiê: O Primeiro Século da Cidade de Porto Velho

A preocupação de mencionar a origem desses trabalhadores que foram enviados para exercerem suas funções na construção do Real Forte, com qualidades e habilidades, foi importante para essa pesquisa ressaltar através de documentos primários, pesquisados no arquivo do APMT (Arquivo Público de Mato Grosso), esses documentos relatam os motivos que justificam a vinda dessa mão-de-obra.

**Tabela 01** – Quantitativo de trabalhadores escravos em 1780. Escravos de El Rey

1	Paulo Alina	14	Aylario
2	João Alina	15	Estanislao Baboleras
3	João Soares	16	Antonio Mandinga
4	Bernardo	17	Antonio Bojagó
5	Francisco Alina	18	Manoel
6	João Aulupo	19	Paulo Bojagó
7	Clemente Congo	20	Joaquim Balandra
8	Miguel	21	Joseph Bojagó
9	Joseph Pereira	22	Zacarias Papel
10	Poncalo	23	Joseph Mandinga
11	Pedro Mandinga	24	Manoel Dagomes
12	Lazaro	25	Miguel Banguella
13	Francisco Cabo Verde	26	Manoel Banguela Sambucetti
27	Manoel Banguella	48	Pedro Gomes
28	Francisco Rebolho	49	Antonio dos Santos
29	Antonio Alina de Albuquerque	50	Domingos da Cunha
30	Felix	51	Alado Luis Gomes
31	João Cabo Verde	52	João Antonio
32	Clemente Banguella	53	Pedro Mandinga
33	Luis	54	Carlos Bruno
34	Joseph Alina	55	Francisco Papel
35	Fabio Banguella	56	Lourenço da Silva
36	Domingos Congo	57	Joaquim Manoel
37	Pedro Cazado	58	Alexandre Pereira
38	Francisco Moleque	59	Ambrozio da Costa
39	Ventura Rebolho	60	Caetano Papel
40	Antonio Nagô	61	Augustinho Joseph
41	Sebastião da Cunha	62	Manoel Caetano
42	Francisco da Costa	63	Francisco Banguella

Dossiê: O Primeiro Século da Cidade de Porto Velho

43	Joseph Gomes	64	Tomas Ignacio
44	Domingo da Costa	65	Miguel Jacó
45	Joaquim Francisco	66	Alberto Joseph
46	Lourenço Cretano	67	Joseph Sarabá
47	Tomé Pereira		

Fonte: REF. BR. APMT. RFP. CA 0137CAIXA Nº 002

Na tabela de nº 2 abaixo, temos o quantitativo de escravos existentes na região do Guaporé no ano de 1780, é perceptível o aumento dessa população sob o domínio de particulares que a cada ano crescia de forma considerável, sendo convocados pela coroa todas as vezes que fosse necessário.

**Tabela 02** – Quantitativo de trabalhadores escravos em 1780. Escravos de particulares

68	João Angolla	97	Francisco Nagô
69	Antonio Gomes	98	Joseph Banguella
70	Joseph Angolla	99	João Mina
71	Pedro Banguella	100	Antonio Cobê
72	Manoel Banguella	101	Antonio Congo
73	Francisco	102	Clementes
74	Tomas	103	Manoel
75	Francisco	104	Luis Nagô
76	Antonio Lapa	105	João Gomes
77	Joaquim Mina	106	Miguel
78	João	107	Luis
79	Joseph Mina	108	João
80	Joseph Angolla	109	Manoel
81	Maninio	110	Antonio
82	Feliciano	111	João Coelho
83	Manoel	112	Francisco
84	Lauriamo	113	Gomes
85	Antonio Mina	114	Manoel
86	Joseph Magalhães	115	Joaquim

## Dossiê: O Primeiro Século da Cidade de Porto Velho

87	Francisco	116	Joseph
88	Joaquim Cambá	117	Joaquim Mina
89	Domingos Tororó	118	Joseph Mina
90	João	119	Manoel Crioulo
91	João Mandinga	120	Joaquim de Silva
92	Rafael	121	Joaquim Mina
93	Agostinho Mandinga	122	Joseph Mina
94	André	123	Francisco
95	Gaspar Cabo Verde	124	Manoel Mandinga
96	Luis Mina	125	Agostinho
126	João Baptista	141	João Angolla
127	Antonio Angolla	142	Joseph Mandinga
128	João Angolla	143	Matheus Crioulo
129	Joseph Angolla	144	Miguel Cabo Verde
130	João Mina	145	Ignacio
131	João Luis	146	Manoel
132	Antonio Magalhães	147	Silvestre
133	Pedro Banguella	148	João Banguella
134	Manoel Banguella	149	Joaquim Mina
135	Francisco Luis	150	Joseph Mina
136	Antonio Angolla	151	Narcisio
137	Antonio Barboza	152	Vicente Banguella
138	Izidoro	153	Antonio Pereira
139	Joaquim Angolla	154	Manoel Mandinga
140	Manoel Angolla		
<b>Total: 154 operários</b>			

Fonte: REF. BR. APMT. RFP. CA 0137CAIXA N° 002

Procurando uma compreensão que justifique os movimentos sociais do século XVIII, percebemos que ao analisar esse conceito, os trabalhadores que estiveram envolvidos na construção do Real Forte Príncipe da Beira já praticavam tal movimento, muito embora a sua maneira, acabavam praticando uma mistura de movimentos sociais

Dossiê: O Primeiro Século da Cidade de Porto Velho

com movimento cultural. Para Alonso (2009), “a mobilização é o processo pelo qual um grupo cria solidariedade e adquire controle coletivo sobre os recursos necessários para sua ação”.

No caso dos negros trabalhadores do Forte Príncipe, que foram trazidos de várias partes do continente africano e que se encontraram num ambiente que estava propício para esse acontecimento, gerou uma união desse povo em recomeçar a busca pela sua identidade. Estavam eles criando condições para buscar o melhor para o grupo ou estavam começando a se despertar para um entendimento mais sólido de sociedade da qual deveriam estar participando?

De acordo com Gohn (2008), “a definição de movimento social é uma noção presente em diferentes espaços sociais: de erudito, acadêmico, passando pela arena política das políticas e dos políticos, até o meio popular”.

É justamente esse “meio popular” que aborda este artigo que vai ser vivenciado pelos trabalhadores que foram levados para o Vale do Guaporé com a missão de construir o grande sustentáculo da fronteira, o Forte Príncipe da Beira e manter povoada aquela região nos confins do Brasil.

A coroa portuguesa queria ter a certeza de que a sua presença na área da fronteira oeste Amazônica estava assegurada e consolidada, tirando de vez as pretensões espanholas sob a região do Guaporé. Esses negros que estiveram presentes na construção do Forte foram abandonados à própria sorte, largados e esquecidos, passando e sofrendo maus tratos, humilhação e castigos. Esse sofrimento sentido pelos negros trabalhadores do Forte só aumentará a cada ano, o que vai gerar um clima de tensão e insegurança na região do Guaporé.

Outra observação que devemos ressaltar é procurar entender o porquê de Portugal nesse processo de colonização querer implantar um sistema de escravidão nitidamente africano no Guaporé, muito mais oneroso e de difícil obtenção na região, sendo que a mão de obra nativa por aqui estava em abundância? Sendo nativos ou negros, um sentimento de revolta vai unir-vos, com a força da perseverança, seus anseios de liberdade, suas raças, culturas e tradições vão poder protestar contra o castigo excessivo adotado pelos feitores lusitanos durante o trabalho.

Como afirma Gohn (2008) que:



As diferentes interpretações sobre o que é um movimento social na atualidade decorrem de três fatores principais: primeiro: mudanças nas ações coletivas da sociedade civil, no que se referem a seu conteúdo, suas práticas, formas de organização e bases sociais; segundo: mudanças nos paradigmas de análises dos pesquisadores; terceiro: mudanças na estrutura econômica e nas políticas estatais (GOHN, 2008, p. 243).

A consequência desses castigos durante o processo de construção do forte será as constantes fugas desses escravos e o seu ajuntamento em quilombos, às fugas ocorriam pelos mais diversos motivos, muitas vezes deixando perplexos os senhores da obra que não encontravam justificativas para o procedimento de seus escravos.

Foi o caso dos escravos da Real Fazenda, que em 21 de outubro de 1775 fugiram para rumo ignorado, abandonando as obras de construção do Real Forte Príncipe da Beira, e rumando para as partes altas do Guaporé, onde se estabeleceram em quilombos e que alguns dos quais resistiram, e estando aquilombados iriam resistir por longos períodos, como é o caso do Quariterê (ou Piolho) desde sua formação em 1752, até seu total extermínio em 1795.

Estando sob a administração da rainha Thereza de Benguela, o quilombo se manteve ativo por quase meio século, vindo a ser destruído após ser atacado e seus descendentes foram presos e humilhados, expostos em praça pública, açoitados, sofreram mutilações em uma das orelhas, sendo marcados a ferro em brasa.

Diante da barbárie, Thereza de Benguela ficou inconformada com o assalto e destruição do quilombo que governava, entrou em profundo estado de melancolia e depressão, vindo a enlouquecer e finalmente durante um acesso de fúria suicidou, tendo os descendentes fugidos para o interior da floresta, ocasionando assim um desabastecimento da mão de obra.

Como expõe Kauchakje (2010),

os movimentos sociais expressam práticas organizativas e participativas de grupos sociais, bem como suas interpretações e representações sobre a experiência social, as forças sociais que consideram representar e sobre aquelas contra as quais se antagonizam”. (KAUCHAKJE, 2010, p. 115).

Melucci (1988) admite que,

há oportunidades e constrangimentos objetivos à ação coletiva, mas eles são mediados pelas percepções dos agentes, por uma apreensão cognitiva das possibilidades e limites, produzida no próprio curso da ação: “Indivíduos agindo coletivamente ‘constroem’ suas ações por meio de investimentos

‘organizados’; isto é, eles definem em termos cognitivos o campo de possibilidades e limites que percebem, enquanto, ao mesmo tempo, ativam as teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate de suas relações de modo a dar sentido ao seu ‘estar junto’ e aos fins que perseguem (MELUCCI, 1988,p 332).

Sabe-se que para a construção do Real Forte Príncipe da Beira em todo seu processo de construção se contabilizou a força da mão-de-obra de mais de mil escravos negros arrebanhados no Guaporé, alguns trazidos da capitania de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás e outros de Belém, e mais outro tanto de mão-de-obra nativa que foi retirada das missões jesuítica, sendo os do sexo masculinos convocados para auxiliarem na construção, e mais 200 especialistas como carpinteiros, artífices que vieram dos grandes centros urbanos como Belém e Rio de Janeiro.

A resistência dos escravos ao trabalho da construção do Real Forte Príncipe da Beira assumiu um caráter de violência individual e posterior coletiva, dentro de uma esfera de inconformismo, que denunciava a postura extrema adotada pela coroa lusitana e seus representantes, nessa ocasião, os negros escravos aproveitavam de fatores ambientais e físicos, como as doenças e pragas naturais para fugirem. Nesse caso, como afirma Touraine (2006),

é necessário não aplicar a noção de movimentos sociais a qualquer tipo de ação coletiva, conflito ou iniciativa política. É aceitável aplicar análises, ligadas à noção de “resource mobilization” a todas as formas de ação coletiva e de conflito. Aliás, é mais aceitável que as ações coletivas consideradas possam ser analisadas mais em termos de busca de participação no sistema político, mas não há dificuldade de princípio em aplicar essa categoria a todos os tipos de ação coletivos (TOURAINÉ. 2006: p, 18).

É por isso também que Melucci (1989) afirma que “os movimentos sociais são difíceis de definir conceitualmente e há várias abordagens de difícil comparação e há mais comparação empírica do que analítica”. O temor do movimento social dos escravos e as constantes insurreições tomaram corpo na colônia brasileira e não passou despercebido em Mato Grosso, embora não se tem registrado levantes da escravatura, pairava no ar um clima de medo e de desconfiança do que poderia vir acontecer mais cedo ou mais tarde. Medidas restritivas foram adotadas e eram constantemente tomadas na tentativa de combater as possibilidades de rebelião, motins ou desordens dos escravos.

Dossiê: O Primeiro Século da Cidade de Porto Velho

Bando<sup>7</sup> e Alvarás<sup>8</sup> eram expedidos pelas autoridades coloniais que permitiam a punição com açoites no pelourinho, o escravo capturado após a fuga e exaltado por liderar certos movimentos eram duramente castigados, marcados com ferro quente no corpo ou na testa, levando a letra “F” que significava fujão, e em caso de alguma reincidência, era amputada uma das orelhas. Nunca se pensou na hipótese de matar um escravo, pois essa atitude geraria um prejuízo gigantesco para o patrão, por tanto deveriam ser mantidos sob as rédeas curtas do feitor.

Além da prática de inúmeros crimes e contravenções acometidos pelos escravos do Guaporé, eles buscavam nas fugas a maneira mais imediata e eficaz de se libertarem do domínio português e do cativo em que estavam atrelados, era uma forma, um mecanismo de resistência, as fugas se completavam com a formação nos quilombos.

Com o término da construção do Real Forte Príncipe da Beira em 1783, a posse definitiva da região do Guaporé estava agora efetivada a introdução da mão-de-obra escrava de procedência africana, que aproveitando o seu entorno criara uma lavoura de subsistência. Com a escassez de povoadores brancos e livres, em geral, determinou o contínuo subpovoamento do Vale do Guaporé. O trabalho de construção das edificações quer seja em Vila Bela, quer seja no restante do Guaporé, só puderam ser realizados graças à introdução de uma, relativa numerosa, escravaria africana.

A guarda fronteira e a mineração mantiveram-se a partir do braço escravo, e as lavouras de subsistência<sup>9</sup> foram sempre cultivadas pelos negros que resistiram ao ficar na região, mesmo após a saída dos brancos. Nas condições mais adversas, os negros guaporeanos mantiveram as conquistas e a presença dos colonizadores nas vastas regiões do Guaporé, permitindo a continuidade da posse territorial.

No decorrer dos tempos, os negros tornaram-se os senhores do Guaporé e a região passa a ser reconhecida pelo estado brasileiro como terra de pretos, que no início

---

<sup>7</sup> Grupo de pessoas que cometem crimes ou atos condenáveis pela sociedade.

<sup>8</sup> Documento ou declaração que garante a autorização de poder funcionar qualquer tipo de empresa ou comércio, à realização de eventos, como também autorização para cometer atos justificado pela coroa.

<sup>9</sup> Agricultura de subsistência é aquela em que, basicamente, a plantação é feita em pequenas propriedades (minifúndios), e a finalidade principal é a sobrevivência do agricultor e de sua família, não para a venda dos produtos excedentes, em contraposição à agricultura comercial.

Dossiê: O Primeiro Século da Cidade de Porto Velho

prevaleceu os conflitos entre senhores e escravos, hoje com as frentes de colonização, o embate se dá entre latifundiários e posseiros.

Para Gohn (2008) sua definição para explicar movimentos sociais é:

Os movimentos sociais são ações sociopolítica construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articulada em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política do país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaço coletivo não institucionalizado. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (GOHN: 2008. p, 251).

Podemos também analisar o contexto sofrido no decorrer dessas transformações que gerou mudanças quase que significantes, como teorias, como diz ALONSO (2009), que são fundamentais em seus processos de atuação. A autora nos faz lembrar que:

As teorias dos movimentos sociais se constituíram diante de um quadro bastante distinto, o do Ocidente dos anos 1960, quando o próprio termo “movimentos sociais” foi cunhado para designar multidões bradando por mudanças pacíficas (“faça amor, não faça guerra”), desinteressadas do poder do Estado (ALONSO, 2009. p, 51).

É importante salientar que o trabalho escravo no Brasil foi ao longo dos séculos XVI/XIX a principal mola propulsora de uma economia baseada em um sistema falido e ultrapassado, que tinha medo de avançar para um processo inovador e que ao mesmo tempo havia receios de não dar certo. O negro era submetido à exploração assim que chegava ao Brasil, e nas regiões mais afastadas dos grandes centros, como é o caso da região do Guaporé não era diferente essa prática, pelo contrário, aqui não se tinha respeito e nem pudor pela vida.

Mesmo assim, para alguns autores heterogêneos como Riesman e Adorno tratam o movimento social tanto de negros como de branco da seguinte maneira: “a teoria que confluíu para as teorias da desmobilização política, cuja chave explicativa estava na cultura, em correlações entre estrutura da personalidade e estrutura da sociedade” (ALONSO, 2009. p, 52).

Dossiê: O Primeiro Século da Cidade de Porto Velho

As ciências teóricas<sup>10</sup> que buscam explicar os movimentos sociais acabam gerando debate entre si sob as versões economicistas do marxismo, argumentando que o descontentamento é motivo para a mobilização individual e coletiva, sejam eles privações materiais ou interesses de classe, sempre existem, o que os tornariam inócuos para explicar a formação de mobilizações coletivas. Assim, mais importante que identificar as razões seria explicar o processo de mobilização de como esses negros escravos, operários da fortaleza do Real Forte Príncipe da Beira na região do Guaporé se articularam e criaram um meio para reagir ao comando dos seus benfeitores?

Sabemos que os negros estando afastado do seu grupo, recluso aos quilombos dentro da mata e distante dos engenhos, minas e faisqueira, teriam a decisão de agir sozinhos e isso seria apenas um ato de deliberação individual, para isso resultariam cálculos racionais entre benefícios e custos. Mas a ação coletiva só se viabilizaria na presença de recursos materiais, humanos e de organização, isto é, da coordenação entre indivíduos doutro modo avulsos.

Para a autora Alonso (2009):

Vários movimentos podem se formar em torno de um mesmo tema, compondo uma “indústria de movimento social”, na qual haverá cooperação, mas também competição, em torno de recursos materiais e de aderentes a serem garimpados num mercado de consumidores de bens políticos. Daí a emergência de conflitos internos que gerariam faccionalismo, com dissolução de movimentos grandes e formação de subunidades em torno de uma mesma causa (ALONSO, 2009. p. 52).

Como podemos perceber, as ciências sociais tratam dos movimentos e os autores que têm seus pensamentos voltados às explicações mais convincentes sobre manifestações sociais/culturais são unânimes quando o assunto retrata a causa dos menos privilegiados, por isso podemos avaliar e notar que dependendo da classe, interesse e dos grupos que se unem em busca de uma atitude mais sólida, acabam descobrindo razões que podem levar ao fracasso da pesquisa.

Kauchakje (2010) corrobora dizendo:

Movimentos sociais são fenômenos de diversas facetas e são nucleares na história de diferentes sociedades. Portanto, junto a uma única definição genérica é apropriado relacioná-los ao contexto social do qual emergem: revolta de escravos, seitas sociais e levantes camponeses da Antiguidade e da Idade Média, motins rurais do século XVIII, movimentos milenares do século XIX, movimentos socialistas e trabalhista pós-Revolução Industrial,

---

<sup>10</sup> Sociologia – Psicologia – Antropologia - História

movimentos de bairro e populares urbanos, movimentos rurais brasileiros, bem como novos movimentos sociais, já na segunda metade do século XX (KAUCHAKJE, 2010, p. 115).

Para o meu objeto de estudo, esbarro em um fator primordial para a explicação de como a classe trabalhadora escrava do Real Forte Príncipe desapareceu de forma instantânea, a falta de documentos que narrem o desaparecimento de uma classe que aos olhos da Coroa portuguesa era insignificante, até porque, entram na história e sai da mesma sem que seja percebido, nesse caso específico parece ser insignificante para a história.

Documentos que pudessem dar uma luz na explicação desses resultados penso que possam ser raríssimos, porém, não difíceis, os mesmos precisam ser explorados para uma maior compreensão no mundo científico. Estudá-los em seu contexto trariam à tona como se estabeleciam o relacionamento dos escravos em seu cotidiano, sendo raros na região Amazônica, não que isso seja impossível, mas em se tratando de documento oficial, podendo até ser encontrados na antiga capitania de Mato Grosso e do Rio Negro.

Relacionar meu objeto de pesquisa com as ciências sociais me dará um rumo de como devo prosseguir e avançar nas informações, sendo auxiliado por outras ciências que me dará suporte e traçará um caminho para uma explicação teórica, lógica e prática no sentido da palavra.

A despeito das modificações no campo teórico e na configuração da realidade, as análises sobre movimento social, quase sempre tendem a vinculá-los ao processo de mudança ou transformação social. Entender o pensamento de diferentes autores que tratam de movimentos sociais também é um desafio que precisa ser vencido, mas no final valerá a pena tê-los conhecidos, são “ossos do ofício” de um pesquisador.

## **Conclusão**

Em resumo, conhecendo parte do processo que se desenhou sobre os movimentos sociais no Brasil e no mundo, é possível trazer para o regionalismo e fazer uso de comparação mediante eventos relativos de ações voltadas para os protestos sociais. No caso em estudo, suas ações estão voltadas para o contexto de identificar e

Dossiê: O Primeiro Século da Cidade de Porto Velho

ressaltar a importância de como os movimentos sociais se estrutura e designa suas conclusões mediante fator social/cultural, na região do Guaporé, foco dessa pesquisa.

O que temos é uma gama de informações em prol da exploração do trabalho escravo na região, que nos faz acreditar que o processo de manifestações sociais e culturais advindas da luta e da persistência de mudanças vinculadas ao processo explorador é a chave que abre o caminho para o novo.

## Referências

- ALONSO, Ângela. **As Teorias dos Movimentos Sociais: Um Balanço do Debate**. Editora Lua Nova, São Paulo, 2009.
- GOHN, Maria da Glória. **Teoria sobre os Movimentos Sociais**. In: *Movimentos Sociais e lutas pela moradia*. Edição Loyola, p. 21-50. C. 2008
- KAUCHAKJE, Samira. **35 anos de pesquisas sobre movimentos sociais**. RBCS, n.3, jan/jul. 2010, p. 113- 132.
- TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues. **História Regional**. Porto Velho, Rondoniana, 2ª Edição, 1998.
- TOURAINÉ, Alain. **Na Fronteira dos movimentos sociais**. Sociedade e Estado, Brasília, v.21, n.1, já/abr.2006, p.17-28.
- Carta do capitão Engenheiro José Pinheiro de Lacerda ao Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres**. Enviada em 02 de março de 1780 - REF. BR. APMT. RFP. CA 0137CAIXA Nº 002.

Recebido em 20/11/2014.

Aceito em 10/12/2014.